

# **INCLUSÃO ESCOLA:** o lugar das adaptações curriculares de grande e de pequeno porte nos planejamentos da EEEM Prof. Antônio Gondim Lins.

Hellen Cristina Olimpia de Oliveira - UFPA<sup>1</sup>  
hellen.n.c@hotmail.com

Sibely Tayná Coelho Lima - UFPA<sup>2</sup>  
sibely\_coelho@hotolima.com

Prof. Dr. Genylton Odilon Rêgo Da Rocha - UFPA<sup>3</sup>  
genylton@gmail.com

## **RESUMO**

Este artigo é proveniente da pesquisa Formação de Professores para uma Escola Inclusiva: Ações Colaborativas entre o Ensino Superior e a Educação Básica em municípios paraenses, realizada na EEEM Prof. Antônio Gondim Lins, localizada no município de Ananindeua, Pará. O artigo investiga sobre quais adaptações curriculares de grande e de pequeno porte foram implementadas nos planejamentos da EEEM Prof. Antônio Gondim Lins? O objetivo do artigo é identificar o que circunda as adaptações curriculares de grande e de pequeno porte e analisar quais dessas adaptações foram implementadas nos planejamentos feitos pela escola como respostas educativas de forma a favorecer a todos os alunos. A inclusão escolar de alunos em situação de deficiência na rede regular tem sido discutida de maneira significativa por meio de artigos científicos, livros, seminários, palestras, e dentre outros, por autores como: Mantoan (2006) e (2012), Mittler (2003) e Voivodic (2013). A pesquisa foi desenvolvida numa abordagem qualitativa, por meio do estudo de caso, utilizando como técnica de coleta de dados a observação, preenchimento de questionários, a entrevista semiestruturada (aplicada às coordenadoras pedagógica, aos professores e aos técnicos da biblioteca e sala de informática), de forma complementar, a análise documental (regimento e Projeto Político Pedagógico). Os dados revelaram entre outras coisas ausência de implementações de adaptações curriculares de grande e de pequeno porte nos planejamentos da escola, para o objetivo de estabelecer uma educação de qualidade tanto para os alunos em situação de deficiência quanto para aqueles que não o são.

**Palavras-chave:** Inclusão Escolar; Adaptações Curriculares; Situação de Deficiência.

## **ABSTRACT**

This article is from the research training of teachers for an inclusive school: Collaborative Actions between higher education and basic education in Pará municipalities, held at EEEM Prof. Antônio Gondim Lins, located in the municipality of Ananindeua, Pará. The article investigates about which curriculum adaptations of big and small have been

---

<sup>1</sup> Graduanda de licenciatura plena em Pedagogia na Universidade Federal do Pará – UFPA (bolsista Pibid).

<sup>2</sup> Graduanda de licenciatura plena em Pedagogia na Universidade Federal do Pará – UFPA (bolsista Pibid).

<sup>3</sup> Prof. Dr. Genylton Odilon Rego da Rocha Docente da Universidade Federal do Pará – UFPA (orientador).

implemented in the planning of Prof. EEEM Antônio Gondim Lins? The objective of this article is to identify the surrounding curricular adaptations of big and small business and analyze which of these adaptations were implemented in plans made by the school as educational responses in order to encourage all students. The school inclusion of children in situation of disability in regular network has been discussed significantly through scientific articles, books, seminars, lectures, and among others, by authors such as: Mantoan (2006) and (2012), Mittler (2003) and Voivodic (2013). The survey was developed in a qualitative approach, through the case study, using as a data collection technique to note, filling in questionnaires, semi-structured interview (applied to pedagogical coordinators, teachers and technicians of library and computer room), in order to complement the analysis of documents (rules and Pedagogical Political Project). The data revealed among other things the lack of curricular adaptations implementations of large and small businesses in school planning, for the purpose of establishing a quality education for students in situation of disability as well as those who are not.

Keywords: school inclusion; Curricular Adaptations; Situation of deficiency.

## INTRODUÇÃO

O artigo aborda sobre as adaptações curriculares de grande e de pequeno porte nos planejamentos da EEEM Prof. Antônio Gondim Lins, adotaremos o conceito de adaptações curriculares a partir dos manuais de Adaptações Curriculares de Grande e de Pequeno Porte publicados pela Secretária de Educação Especial/MEC.

Utilizaremos o termo “em situação de deficiência”, para nos referimos aos alunos matriculados na escola com laudos médicos, atestando um tipo de deficiência, para expressar que a deficiência, embora realmente exista não se localiza no indivíduo e não se confunde com a lesão orgânica: é produzida nas relações e situações sociais (DINIZ, 2007).

A escolha do tema foi feita a partir de estudos em educação inclusiva realizado pelo grupo de pesquisa INCLUDERE<sup>4</sup>, com o projeto Formação de Professores para uma Escola Inclusiva: Ações Colaborativas entre o Ensino Superior e a Educação Básica em municípios paraenses, onde nosso *locus* de pesquisa é a EEEM Prof. Antônio Gondim Lins, localizada no município de Ananindeua, Pará.

Este artigo investiga sobre quais adaptações curriculares de grande e de pequeno porte foram implementadas nos planejamentos da EEEM Prof. Antônio Gondim Lins. O objetivo do artigo é identificar o que circunda as adaptações curriculares de grande e de pequeno porte e analisar quais dessas adaptações foram implementadas nos planejamentos feitos pela escola.

---

<sup>4</sup> grupo de estudo e pesquisa sobre currículo e formação de professores na perspectiva da inclusão – ICED – UFPA.

A pesquisa foi desenvolvida numa abordagem qualitativa, por meio do estudo de caso, utilizando como técnica de coleta de dados a observação, preenchimento de questionários, a entrevista semiestruturada (aplicada as coordenadoras pedagógica, aos professores e aos técnicos da biblioteca e sala de informática), de forma complementar, a análise documental (regimento e PPP).

Lei Federal nº 7.853/89 dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, ou seja, o aluno em situação de deficiência tem direito ao acesso as escolas de ensino regular, tem direito a aprender e participar junto do mesmo espaço sem nenhum tipo de discriminação. No entanto, não adianta somente admitir o acesso de todos sem garantir o prosseguimento da escolarização até o nível que cada aluno for capaz de atingir.

A análise sobre as adaptações curriculares, que de acordo com a Secretaria de Educação Especial – SEE (BRASIL, 2000, p. 8) são as “respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e, entre eles, os que apresentam necessidades educacionais especiais”, revelaram entre outras coisas a ausência de implementações de adaptações curriculares de grande e de pequeno porte nos planejamentos da escola, para o objetivo de estabelecer uma educação de qualidade tanto para os alunos em situação de deficiência quanto para aqueles que não o são.

## **1 METODOLOGIA**

A concepção de inclusão escolar tem como objetivo desconstruir o percurso de exclusão de qualquer natureza e ampliar as possibilidades de inserção de crianças, jovens e adultos em situação de deficiência nas escolas regulares, e esta, é uma discussão que tem atingido escolas estaduais, municipais e particulares de todo o país.

A escolha da EEEM Prof. Antônio Gondim Lins ocorreu pelo fato da escola esta vinculada a pesquisa que o grupo INCLUDERE esta desenvolvendo com o projeto “Formação de professores para uma escola inclusiva: ações colaborativas entre o ensino superior e a educação básica em municípios paraenses”. A pesquisa é incentivada pelo programa institucional de bolsa de iniciação a docência (Pibid) e desenvolve ações de intervenção junto às escolas do campo de investigação que tem como objetivo potencializar o trabalho pedagógico-curricular na perspectiva da inclusão, visando a maximização de esforços para elevar a qualidade da formação inicial dos estudantes da licenciatura.

Para investigação desta pesquisa buscamos analisar quais adaptações curriculares de grande e de pequeno porte foram implementadas nos planejamentos da EEEM Prof.

Antônio Gondim Lins, a pesquisa foi desenvolvida numa abordagem qualitativa que de acordo com André (1995, p. 17) “se contrapõe ao esquema quantitativista da pesquisa, defendendo uma visão holística dos fenômenos, isto é, que leva em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas”, por meio do estudo de caso que de acordo com André e Ludke (1986, p. 17) “é o estudo de um caso, seja ele simples e específico [...] o caso é bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo”.

Nesta pesquisa utilizamos como técnica de coleta de dados a observação que segundo André e Ludke (1986, p. 25) “para que ser torne um instrumento válido e fidedigno de investigação científica, a observação precisa ser [...] controlada e sistemática. Implica [...] um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador”, e esta é uma técnica relevante no sentido de nos aproximar da realidade encontrada na escola.

Outras técnicas de coleta de dados utilizadas foram o preenchimento de questionários e entrevista semiestruturada (aplicada às coordenadoras pedagógica, aos professores e aos técnicos da biblioteca e sala de informática), que de acordo com André e Ludke (1986, p. 25) “na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde”. De forma complementar utilizamos a análise documental do regimento e PPP que segundo André e Ludke (1986, p. 38 apud CAULLEY, 1981) se constitui como a busca por identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesses.

A tarefa de análise implica, num primeiro momento, a organização de todo o material, dividindo-o em partes, relacionando essas partes e procurando identificar nele tendências e padrões relevantes. Num segundo momento essas tendências e padrões são reavaliados, buscando-se relações e inferências num nível de abstração mais elevado (ANDRÉ E LUDKE, 1986, p. 45).

Para a análise dos dados qualitativos busquei sistematizar todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observação (sala regular que atende aluno em situação de deficiência), as informações das entrevistas (aplicada às coordenadoras pedagógica, aos professores e aos técnicos da biblioteca e sala de informática) e as análises de documentos (PPP e regimento), com o objetivo de obter uma visão ampla na relação da realidade encontrada na escola em contraposição ao conceito de adaptações curriculares a partir dos manuais de Adaptações Curriculares de Grande e de Pequeno Porte publicados pela Secretária de Educação Especial/MEC.

## **2 A Inclusão Escolar na EEEM Prof. Antônio Gondim Lins: o lugar das adaptações de grande porte nos planejamentos.**

O plano de adaptações curriculares orienta a instituição de ensino a se tornar um espaço que valoriza a participação integral do aluno, o atendimento de suas peculiaridades e necessidades especiais, no processo de elaboração do plano municipal, no projeto pedagógico da unidade escolar, e no plano de ensino do professor de acordo com a Secretaria de Educação Especial/SEE (BRASIL, 2000).

No levantamento que realizamos na escola observamos que embora a instituição matricule alunos em situação de deficiência ainda não conseguiu superar o sistema tradicional de ensinar, que para Mantoan (2006) tem haver com recriar o modelo de ensinar que esta diretamente ligada a qualidade do ensino, e refere-se ao “o que” e “como” ensinamos os nossos alunos, na perspectiva de uma educação capaz de formar pessoas para uma sociedade mais evoluída e humanitária.

As adaptações curriculares de grande porte de acordo com a proposta da SEE (BRASIL, 2000) buscam a participação integral do aluno em situação de deficiência, com ações que são de competência e atribuição das instâncias políticos-administrativos superiores, por exigir modificações que envolvem ações de natureza politica, administrativa, financeira, burocrática, etc.

As adaptações curriculares são importantes para atender o aluno em situação de deficiência, quando houver discrepância entre suas necessidades e as exigências do currículo regular no decorrer do avanço da escolarização. No âmbito do projeto pedagógico as adaptações curriculares tem como seu principal foco a organização da escolar e a disponibilização de serviços de apoio, que proporcionem condições para as demais adaptações que necessitem ser implementado na escola para atender os alunos em situação de deficiência de acordo com o que orienta a SEE (BRASIL,2000).

As adaptações curriculares de grande porte no que tange o projeto pedagógico têm como objetivo construir um espaço educacional inclusivo, obter modificações físicas e estruturais, realizar a aquisição de equipamentos e recursos diversos, e promover a formação continuada para todos os professores. Essas adaptações curriculares se referem e são de responsabilidade da direção da escola e da secretária municipal e estadual de educação de acordo com SEE (BRASIL, 2000).

Ao realizarmos uma análise sobre a realidade encontrada na EEEM Prof. Antônio Gondim Lins em relação às adaptações curriculares de grande porte percebemos o distanciamento desta, de uma estruturação que permita uma educação inclusiva,

percebemos esse distanciamento através da análise do projeto político pedagógico, regimento, observações, entrevistas e preenchimento dos questionários, e um desses questionários foi o “Roteiro de Observação e Registro de Adaptação de Grande Porte”.

Mantoan (2006) ao realizar considerações sobre ações que fazem referencia ao projeto político pedagógico explica que esse projeto é a diretriz geral da escola, e tem como objetivo definir prioridades de atuação e objetivos, propõe iniciativas e ações, com metas e responsabilidades para coordená-las.

Recentemente o projeto político pedagógico - PPP da escola foi atualizado, ao analisá-lo observamos que há trechos e tópicos que se referem à inclusiva de alunos em situação de deficiência. No entanto, não conseguimos observar na análise do PPP e do regimento da escola algo em que fosse possível identificar uma flexibilização curricular em função do conhecimento da diversidade do alunado na unidade escolar de maneira concreta.

No projeto político pedagógico da escola e nas entrevistas com os professores não conseguimos perceber a possibilidade de eliminação dos objetivos básicos, para serem introduzidos objetivos específicos, complementares e/ou alternativos, como forma de favorecer a rotina escolar do aluno em situação de deficiência com a adaptação de objetivos na instituição.

Em relação aos servidores não há registros de que tenha ocorrido formação continuada dos professores e demais profissionais da educação com uma perspectiva inclusiva, que de acordo com Mantoan (2006) priorize ações educativas centralizadas no convívio com as diferenças e na aprendizagem como experiência relacional e participativa construída de maneira significativa para o aluno na coletividade da sala de aula.

Nas entrevistas os professores relataram que seus planos de ensino não eram construídos com uma perspectiva mais específica para as turmas em que são matriculados alunos em situação de deficiência, responderam que não desenvolvem seus planos pensando nas diferenças. O que vai de encontro ao que SEE (BRASIL, 2000) orienta para as escolas em relação a adaptação de conteúdo específicos, complementares e/ou alternativos, que pode ser entendido como a eliminação de conteúdos básicos do currículo, determinados pelas adaptações de objetivos já realizadas.

A adaptação de método de ensino e organização didática que segundo SEE (BRASIL, 2000) devem ser aplicadas nos casos de alunos cujas necessidades especiais exigirão a adoção de métodos bastante específicos de ensino, esses alunos deverão ser orientados por profissionais especializados. Nas observações conseguimos apreender que a

escola não apresenta um professor de educação especial e nem uma sala de recursos para apoiar o aluno em situação de deficiência no horário inverso da aula na sala regular.

Em relação as adaptação de sistema de avaliação a SEE (BRASIL, 2000) ressalta o papel da avaliação como aquele que dar indicação de conteúdos ou processos ainda não apreendidos pelo aluno e que devem ser retomados em nosso processo de ensinar. Mantoan (2006) ao analisa avaliação das escolas problematiza o caráter classificatório de notas e de provas considerando que a escola ainda não alcançou uma avaliação com uma visão diagnostica que priorize o desenvolvimento das competências dos alunos diante de situações problema.

Quando indagamos sobre as ações desenvolvidas pela unidade escolar que objetivam promover a educação inclusiva e se já houve algum trabalho desenvolvido com os alunos em situação de deficiência, para compreensão e adequações no plano de atividades de estagio, os coordenadores pedagógicos e professores relataram que na escola não existem ocorrências, pelo menos durante esses últimos anos, sobre qualquer tipo de ações que objetivavam promover a educação inclusiva.

### **3 A Inclusão Escolar na EEEM Prof. Antônio Gondim Lins: o lugar das adaptações de pequeno porte nos planejamentos.**

A sociedade precisa se posicionar diante do processo de construção de um sistema educacional inclusivo, Mantoan (2002) concebe a inclusão como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos, pois segundo a autora a concepção inclusiva exige da escola brasileira novos posicionamentos para o ensino, isto é, uma nova postura do professor diante de suas práticas.

O Artigo 59 da LDB orienta que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação adaptações que envolvam currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades.

De acordo com a SEE (BRASIL, 2000) as adaptações curriculares de pequeno porte são ações promovidas pelo professor quando desenvolve modificações no currículo, a fim de promover a participação integral do aluno em situação de deficiência no processo de ensino e aprendizagem na escola regular. As implementações dessas adaptações curriculares são realizadas pelo professor em vários momentos da sua atuação no processo de acesso ao currículo, nos objetivos de ensino, no conteúdo ensinado, no método de ensino, no processo de avaliação e temporalidade do aluno.

Dentro das adaptações curriculares que são de responsabilidade do professor existe o plano de ensino, este é o lugar no qual o professor realiza seus planejamentos levando em consideração a diversidade da sala de aula. Cabe a ele a tarefa de organizar a sua classe de maneira a efetuar a organização física da sala, a seleção de equipamentos que favoreçam a aprendizagem do aluno, planejar seus objetivos pedagógicos e conteúdos pensando na melhor maneira de ensinar, e tendo em vista metodologias maleáveis para avaliar o desempenho do aluno como podemos observar em SEE (BRASIL, 2000).

Nas adaptações de grande porte nos planejamentos da EEEM Prof. Antônio Gondim Lins observamos que apesar deste espaço receber alunos em situação de deficiência ainda não superou a lógica de uma organização que segundo Mantoan (2006) é determinista, mecanicista, formalista, reducionista herdadas do pensamento científico moderno que se distancia da realidade, dividi os alunos em normais e deficientes, diferencia as modalidades de ensino em regular e especial, assim como, os professores e toda manifestação da diferença.

Mantoan (2002) discute que a escola regular deve assumir a responsabilidade de que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, e a aprendizagem é concebida e avaliada. De acordo com a autora o progresso significativo do aluno em situação de deficiência decorre das possibilidades de se conseguir, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes.

As adaptações de grande porte estão intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento das adaptações de pequeno porte aplicadas na sala de aula pelos professores. Algo que está presente na fala dos professores desta escola é a falta de preparo para desenvolver um planejamento no seu plano de ensino que leve em consideração o aluno em situação de deficiência, assim como a ausência de um professor de educação especial e a falta de equipamentos e recursos diversos para o suporte do ensino e aprendizado do aluno.

Mantoan (2002) analisa que a inclusão depende não somente de uma reforma do pensamento e da escola, como também de uma formação continuada dos professores, para que eles possam refletir sobre suas práticas e serem capazes de conceber e de ministrar uma educação plural e democrática.

As entrevistas e questionários aplicados na escola nos permitiram observar que os planejamentos são construídos sem levar em consideração as particularidades do aluno em situação de deficiência. O procedimento de adaptar o método de ensino às necessidades de cada aluno é fundamental na atuação do professor, pelo fato da aprendizagem não ocorrer da mesma maneira para todos, por isso, o educador precisa procurar estratégias para



melhor atender às especificidades de cada aluno estando ele em situação de deficiência ou não de acordo com SEE (BRASIL, 2000).

Mittler (2003) ao analisar a prática da inclusão orienta que esta se configura como uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento de alunos nas atividades da sala de aula. O autor analisa que a inclusão não diz respeito a colocar o aluno nas escolas regulares, mas mudar as escolas para torná-las mais responsáveis às necessidades de todas as crianças, auxiliando os professores a aceitarem a responsabilidade quanto a aprendizagem de todos os alunos nas suas escolas e prepará-los para ensinarem os alunos sendo deficiente ou não, mas que se encontra excluídos.

Voivodic (2013) analisa que a escola precisa considerar a pluralidade do ser humano propiciando oportunidades de participação, pois não é apenas o educando, com deficiência ou não que precisa se adaptar ao sistema de ensino, e sim a escola é que tem o dever de atender as necessidades do aluno para a inclusão.

Embora as adaptações necessárias para a construção de um sistema educacional inclusivo como as modificações físicas e estruturais, a aquisição de equipamentos e recursos diversos, bem como promover a formação continuada de todos os professores seja uma realidade distante, a reflexão sobre “o que” e “como” se ensina é um passo fundamental na organização escolar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com a leitura do PPP e regimento da escola, observações, entrevistas e preenchimentos de questionários podemos perceber um pouco da realidade da EEEM Prof. Antônio Gondim Lins, e diante de muitos fatores que podem provocar possíveis fracassos escolares de alunos em situação de deficiência ou não, está à ausência de estudos e planejamentos com o intuito de estabelecer prioridades de atuação, objetivos, metas e responsabilidades que vão definir o plano de ação da escola diante das especificidades do alunado, da equipe de professores, coordenadores e direção de acordo com Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

O modelo escolar determinista, mecanicista, formalista, reducionista herdadas do pensamento científico moderno se distância da realidade, e não dá espaço para uma educação inclusiva que propõe melhorar a qualidade do ensino das escolas valorizando as diferenças e peculiaridades do aluno, e atingindo a todos que possivelmente fracassem em sala de aula.

A inclusão escolar se configura como uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento de alunos nas atividades da sala de aula, como também na formação continuada dos professores, para que eles possam refletir sobre suas práticas e serem capazes de conceber e de ministrar uma educação plural e democrática.

As adaptações curriculares pelas quais a escola deveria passar são mais que meras exigências da inclusão escolar de pessoas com deficiência e/ou dificuldades de aprendizado, e precisam ser encaradas com compromisso e planejamento pelas escolas e instituições superiores, pois essas transformações geram consequentemente a qualificação da educação de todos.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

LÜDKE, Menda; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Coleção Projeto Escola Viva**. Secretaria de Educação Especial. Lei Nº 10.048, de 08 de novembro de 2000.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica Resolução CNE/CEB nº 2/2001**.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Da Educação Inclusiva**. 2008.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988**.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos).

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora: Moderna, 2006.

\_\_\_\_\_. **Caminhos pedagógicos da inclusão**. Unicamp. 2002

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

VOIVODIC, Maria Antonieta. **Inclusão escolar de crianças com síndrome de Down**. 7º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.